



# RELATO DO PROJETO PIBIC-JR: CENTRO DE MEMÓRIAS DO IFPR E A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA ACERCA DOS CURSOS DE COMÉRCIO DO COLÉGIO PROGRESSO (1936 – 1942)

Wilson Lemos Junior\*  
Marina Ritzmann de Paula Soares\*\*  
Vanessa Cauê Krugel\*\*\*

## Introdução

O projeto PIBIC-JR é uma modalidade de bolsa de iniciação científica voltada para estudantes do ensino médio. O Instituto Federal do Paraná (IFPR), instituição dedicada à educação profissional e tecnológica, contemplou no ano de 2018, 80 bolsas na modalidade PIBIC-JR a serem utilizadas entre agosto de 2018 até julho de 2019. As bolsas eram divididas em 12 parcelas de 350 reais, sendo 12 parcelas de 250 reais ofertados pelo IFPR e 12 parcelas de 100 reais pagos pelo CNPq. Além disso, o IFPR disponibilizou mais 25 bolsas com seus próprios recursos. O projeto Centro de Memórias do IFPR foi um dos contemplados com a bolsa IFPR/CNPq no processo seletivo ocorrido no 1º semestre de 2018.

Baseado na abordagem histórica preconizada pelo pesquisador Edward-Palmer Thompson (1981) que busca valorizar a experiência dentro do contexto histórico, objetiva-se relatar a experiência do projeto PIBIC-JR: Centro de Memórias do IFPR, realizado no IFPR – Campus Curitiba entre agosto de 2018 até julho de 2019.

O Centro de Memórias do IFPR foi criado no ano de 2016 e surgiu com o principal objetivo de localizar, catalogar, preservar e organizar os arquivos históricos das instituições que deram origem ao IFPR, como a Deutsche Schule (Escola Alemã),

---

\* juniorlem@gmail.com

\*\* juniorlem@gmail.com

\*\*\* juniorlem@gmail.com

Colégio Progresso, Escola Técnica de Comércio anexa à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Federal do Paraná.

Desde 2016, os membros do Centro de Memórias buscam localizar e alocar tal documentação histórica em duas salas localizadas no prédio da Mate do IFPR – Campus Curitiba: o “Cofre” (sede do projeto) e a Sala de Arquivos. Entre os documentos, já foram recuperadas fotografias, matrículas de estudantes de diferentes épocas, livros de chamadas, Projetos de Cursos, convênios, atas de reuniões e etc.

Durante o período de vigência do projeto, houve uma dupla função, sendo uma mais prática relacionada à manutenção do Centro de Memórias incluindo a transcrição, a limpeza, e a digitalização dos documentos históricos; e outra que buscou investigar a interpretação de dados históricos acerca das origens e da evolução do curso técnico de comércio da instituição que deu origem ao IFPR: o Colégio Progresso, iniciado no ano de 1936.

## Desenvolvimento

A história do IFPR teve origem no ano de 1869 com a criação da Escola Alemã, chamada de Deutsche Schule, formada por imigrantes alemães fixados em Curitiba. Na época, a Deutsche Schule ofertava o nível primário que tinha duração de oito anos e era ministrado na língua alemã:

Nos primeiros anos de sua existência, a escola funcionou de maneira irregular, porém, a partir de 1872, o número de matrículas aumentava gradativamente e a casa do pastor, que servia de local para as aulas, já não comportava a demanda. O ensino passou então a ser ministrado nas dependências da Igreja, até que se conseguissem fundos para a construção do edifício sede, o que ocorreu em julho de 1892. Nesta época, a Escola Alemã já não possuía um vínculo administrativo com a Igreja, se bem que dependesse financeiramente da comunidade evangélica e os pastores continuassem como professores e diretores do estabelecimento escolar (SOUZA, 2012, p.45).

Durante o período da Primeira Guerra Mundial, a Escola Alemã sofreu perseguições e atos de vandalismo em seu patrimônio, especialmente em 1917, quando os curitibanos protestando contra o nazismo alemão, depredaram o patrimônio do

Colégio. A escola foi fechada e reaberta em 1919, adotando um nome brasileiro: Colégio Progresso, ofertando pela manhã o curso fundamental em alemão e a tarde ministrando o curso médio em português.

Apesar das dificuldades na década de 1910, a Escola Alemã/Colégio Progresso resistiu às pressões da Primeira Guerra Mundial, mas durante a década de 1930, com a ascensão do Governo de Getúlio Vargas, o processo de nacionalização do ensino tornou-se mais opressor do sofrido até então, o que foi acentuado posteriormente com o início da 2ª Guerra Mundial (1937 – 1945). Em 1934/35 muitas escolas alemãs, italianas, polonesas e japonesas foram fechadas e substituídas por escolas nacionais. Foi o que ocorreu com o Colégio Progresso. No ano de 1936, deixou de ser uma escola de ensino primária e ginásial, e passou a ofertar cursos técnicos de comércio. Os professores alemães foram sendo gradativamente afastados da docência e da direção do colégio nos anos posteriores.

A criação dos cursos de comércio só foi possível, devido à promulgação do Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931 que havia organizado o ensino técnico comercial, assim como regularizado a profissão do contador:

Art. 2º O ensino comercial constará de um curso propedêutico e dos seguintes cursos técnicos: de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador e, ainda, de um curso superior de administração e finanças e de um curso elementar de auxiliar do comércio, compreendendo as seguintes disciplinas:

a) Curso propedêutico:

1) Português; 2) Francês; 3) Inglês; 4) Matemática; 5) Geografia; 6) Corografia do Brasil; 7) História da Civilização; 8) História do Brasil; 9) Noções de Física, Química e História Natural; 10) Caligrafia.

b) Cursos técnicos:

1) Datilografia; 2) Mecanografia; 3) Estenografia; 4) Desenho; 5) Francês comercial; 6) Inglês Comercial; 7) Correspondência portuguesa, francesa e inglesa; 8) Geografia econômica; 9) Matemática comercial; 10) Matemática financeira; 11) Cálculo atuarial; 12) Estatística; 13) Economia Política e Finanças; 14) Seminário econômico; 15) Direito Constitucional e civil; 16) Direito comercial; 17) Prática do processo civil e comercial; 18) Legislação fiscal; 19) Legislação de Seguros; 20) Contabilidade (noções preliminares); 21) Contabilidade mercantil; 22) Contabilidade industrial e agrícola; 23) Contabilidade bancária; 24) Merceologia e tecnologia merceológica; 25) Técnica comercial e processos de propaganda; 26) História do comércio, indústria e agricultura; 27) Organização de escritórios.

c) Curso superior de administração e finanças:

1) Matemática financeira; 2) Geografia econômica; 3) Economia Política; 4) Finanças e Economia bancária; 5) História econômica da

America e fontes da riqueza nacional; 6) Direito constitucional e civil; 7) Direito internacional comercial; 8) Direito administrativo; 9) Direito industrial e operário; 10) Direito público internacional; 11) Política comercial e regime aduaneiro comparado; 12) Legislação consular; 13) Ciência da administração; 14) Contabilidade de transportes; 15) Contabilidade pública; 16) Psicologia, lógica e ética; 17) Sociologia.

d) Curso de auxiliar do comércio:

1) Caligrafia; 1) Datilografia; 3) Português; 4) Inglês; 5) Aritmética; 6) Contabilidade (noções preliminares); 7) Contabilidade mercantil (BRASIL, 1931).

De acordo com o artigo sexto do Decreto de 1931, nota-se que os diferentes cursos técnicos de comércio possuíam tempo de duração diferente entre eles. As disciplinas do técnico em secretariado durariam um ano além do curso propedêutico, as dos cursos técnicos de guarda-livros e de administrador-vendedor, durariam dois anos, e as dos cursos de atuário e perito-contador três anos além do curso propedêutico. Segundo Schwartzman (2005) o ensino comercial cresceu no seio da iniciativa privada, e podia ser visto como a segunda melhor alternativa para os membros das classes menos favorecidas (só perdendo para a carreira militar). A educação profissional assumia um caráter importante para o Governo uma vez que, segundo Moura (2007, p.7) buscava-se:

[...] amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contra-ordem dos bons costumes.

No Colégio Progresso, eram ofertados no ano de 1936, os seguintes cursos: o Propedêutico, o Auxiliar de Comércio, o Perito Contador e o Guarda Livros. Não havia a oferta do curso superior de administração e finanças, nem o curso de secretário, atuário e administrador-vendedor.

Devido a sua origem alemã, o Colégio Progresso manteve muitos problemas durante os conflitos da 2ª Guerra Mundial. Em paralelo a isso, o Governo brasileiro continuava suas sanções aos imigrantes alemães e italianos. Em 1938, o decreto 406, ordenou que todo material utilizado na escola elementar fosse em Português, que todos os diretores e professores das escolas fossem brasileiros natos, que nenhum texto, revista ou jornais circulassem nas regiões rurais e que no currículo escolar tivesse História e Geografia do Brasil. Além disso, proibiu que qualquer menor de 14 anos

aprendesse a língua estrangeira, e ordenou destaque à bandeira brasileira em dias festivos (LEMOS, 2018).

Em 1939, Getúlio Vargas estabeleceu que o ministro da educação supervisionasse todos os livros das escolas elementar e secundária. Também, instruiu os secretários estaduais de Educação a construir e manter escolas em áreas de colonização de estrangeiros. Essa política interferiu no Colégio Progresso que, por exemplo, em 1938 foi alvo de ação militar:

[...] no início do mês de maio de 1938 a reunião contou com a presença de militares. Na ocasião, os presentes resolveram dar outra denominação ao estabelecimento, passando a chamá-lo de Sociedade Colégio Progresso, atribuindo-lhe um caráter educativo, de acordo com as leis (SOUZA, 2012, p.79).

Em 1940, a cidade de Curitiba passou por transformações para coincidir com o imaginário de uma real capital, "produtiva, próspera, civilizada [...] disciplinando o tráfego e descongestionando o centro" (SOUZA, 2012, p. 124). Dentro dessas propostas estava a construção de um eixo norte-sul e o alargamento da Rua Barão do Serro Azul, o que interferiria na fachada do colégio que necessitaria ser recuada em 15 metros.

O termo de cessão desta faixa foi assinado em 1940, com a presença dos membros da Sociedade Colégio Progresso. Havia um interesse muito latente não só no ensino que ocorria no Colégio, mas também em sua localização. Um dos pontos do acordo para doar parte do patrimônio contou com o perdão de uma dívida pública por parte da escola. A negociação da doação da escola iniciou-se no ano de 1941.

No ano de 1942, a situação se agrava ainda mais, devido ao apoio do Brasil aos aliados na 2ª Guerra Mundial. A perseguição aos imigrantes alemães se torna ainda mais acirrada. Inicia-se uma descaracterização da escola, forçando a naturalização de professores (SOUZA, 2012). Todos se encontravam em constante vigilância, o material didático era constantemente checado em busca de livros estrangeiros e muitas vezes apreendido, como mostra a ficha no DOPS do professor Guilherme Schlechter, que foi preso por ser apanhado com 103 livros de literatura alemã dentro de sua casa:

Guilherme declarou ter sido professor da antiga escola alemã, hoje Ginásio Progresso, lecionando a língua alemã até novembro do ano

passado, mas que devido a situação os alunos se tornarem poucos, passando então a lecionar violino do que atualmente é professor. Com respeito aos livros apreendidos em sua residência, diz, serem os mesmos instrutivos: dicionários, físicas, gramáticas e livros de leitura, todos em idioma alemão (DOPS, 1943).

Nesse mesmo ano se iniciaram as conversas entre a Sociedade e a Faculdade de Medicina do Paraná acerca de agregar a escola ao seu patrimônio. Com interesse no terreno da Escola Alemã, onde seria posteriormente edificado o Hospital de Clínicas, a Faculdade se comprometeu a continuar com o curso secundário que já era ofertado no Colégio. Em janeiro de 1943 é firmado o acordo de transferência dos imóveis e a mudança do nome do Curso de Comércio para Academia de Comércio Progresso, anexa à faculdade de Direito do Paraná. O curso propedêutico continuou a ser ofertado na Rua Barão do Serro Azul, primeiro com o nome de Ginásio Progresso e depois Colégio Progresso. Seu fechamento ocorreu no ano de 1944 (SOUZA, 2012).

Entre 1941 a 1944 foram ofertados dois cursos na Escola Técnica, o curso técnico de Contador e o curso propedêutico. Destaca-se que em 1943, foi outorgada pelo ministro da educação Gustavo Capanema, a Lei Orgânica do Ensino Comercial, sob o decreto 6.141, de dezembro de 1943. Segundo Palma Filho (2005), tratava-se da estruturação definitiva dos cursos técnicos profissionalizante, o que pode ser considerado um mérito das reformas do Ministro Gustavo Capanema:

## SECCÃO II

### Dos cursos de formação

Art. 5º O segundo ciclo do ensino comercial compreenderá cinco cursos de formação, denominados cursos comerciais técnicos:

1. Curso de comércio e propaganda.
2. Curso de administração.
3. Curso de contabilidade.
4. Curso de estatística.
5. Curso de secretariado. (BRASIL, 1943).

O curso de Contabilidade estava inserido como curso de formação e nestes cursos deveria haver uma articulação entre as disciplinas técnicas com aquelas da cultura geral. De acordo com os relatórios da Academia de Comércio anexa à Faculdade de Direito do Paraná do ano de 1945, nota-se essa articulação no Curso de Contabilidade (iniciado em 1945 na Instituição), já que tínhamos, por exemplo, no primeiro ano do curso, disciplinas específicas como Contabilidade geral, Mecanografia e Elementos de Economia e por outro lado, disciplinas de cultura geral como Português, Inglês,

Matemática, Física e Química. Havia um equilíbrio entre o conhecimento técnico daquele considerado como cultura geral.

No período histórico abordado houve uma busca pela ampliação em larga escala dos cursos técnicos em prol de formar uma mão-de-obra nacional, o que condizia com as políticas nacionalistas impostas pelo governo Vargas, visto como solução para todos os problemas da Primeira República.

---

## Considerações finais

---

Durante os anos de 2018 e 2019, houve um grande avanço na pesquisa histórica a respeito das origens dos cursos técnicos na instituição que mais tarde tornou-se IFPR. Isso foi possível, graças ao trabalho desenvolvido no projeto PBIC-JR. Neste período, foram muitas descobertas, pesquisas e participações em eventos científicos. Ainda há um grande número de documentos a serem descobertos, assim como muitos períodos históricos ainda necessitam ser investigados de maneira aprofundada. Apesar de ser um projeto desenvolvido no âmbito do PBIC-JR deve-se destacar que a equipe foi formada por mais pesquisadores: docentes colaboradores e discentes voluntários que tornaram possível essa investigação.

O estudo realizado tem como objetivo o de servir de ponto de partida para novas pesquisas interessadas não só na história do curso de comércio, mas também, na história da educação profissional brasileira.



## Referências

- BRASIL. Decreto n.º 20.158, de 30 de junho de 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>. Acesso em: 28. Out. 2019.
- BRASIL. Decreto n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Disponível em: [www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/lei%20organica%20ensino%20comercial%201943.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/lei%20organica%20ensino%20comercial%201943.htm). Acesso em: 12. Set. 2019.
- DOPS. Delegacia de Ordem Pública Social. Secretaria de Investigações e Apreensões. Parte n.º 18. Curitiba, 4 de janeiro de 1943.
- LEMOS JUNIOR, Wilson. As origens da educação profissional no IFPR. In: SHIGUNOV, A. N.; SILVA, A. C.; FORTUNATO, I (org.). *Passado, presente e futuro nos Institutos Federais de Educação*. São Paulo: Edições Hipótese, 2018.
- LEMOS JR, Wilson.; KRUGEL, Vanessa Cauê.; SCHEMES, Ana Flávia. Centro de Memória do IFPR – Campus Curitiba e o curso de Comércio do Colégio Progresso (1936 – 1941). *Anais do XIII Educere*. PUC-PR. Curitiba, 2017.
- MOURA, Dante. 2017. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. *Revista Holos*. Ano 23, vol. 2, 2007.
- PALMA FILHO, João Cardoso. A Educação Brasileira no período de 1930 a 1960: A Era Vargas. In: *Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação*. 3ª Ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP – Santa Clara Editora, 2005, p. 61-74.
- Relatórios da Academia do Comércio anexa à Faculdade de Direito do Paraná (1945). Relatórios da Inspeção Federal referentes ao ano de 1945. Curitiba.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- SOUZA, Regina Schimmelpfeng. *A estrada do poente*. Curitiba: Máquina de escrever. 2012.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.